

A História Política Atual: Trilhando Novos Caminhos

..... Eveli Souza D'Avila de Oliveira*

R e s u m o

Tendo como ponto de partida o seminário apresentado pela Prof Loiva Otero Félix, na disciplina Seminário de Pesquisa I, o artigo aborda as transformações sofridas pela história política nas últimas décadas vinculando-se, a partir de então, com o imaginário, memória e representação.

Palavras-Chave: Imaginário político - Memória - Revolução de 30.

A b s t r a c t

Taking as a point of departure the seminar directed by de professor Loiva Otero Felix in the discipline - Research Seminar I - this article discusses the transformations that took place in the political history of the last decades associated with the imaginary, memory and representation.

Key words: Political imaginary - Memory - 1930 Revolution.

Dentre as diferentes temáticas apresentadas na disciplina Seminário de Pesquisa I, escolhi para fazer algumas reflexões o curso apresentado pela professora Dra. Loiva Otero Félix, cuja temática abordada era a história política nos dias atuais, de maneira especial o imaginário político.

A escolha por este curso deve-se ao fato de ter sido este o que mais se aproxima e trouxe contribuições para o meu trabalho de pesquisa. Intitulada Revolução de 30 em Santa Catarina: A Construção da Memória Histórica, minha pesquisa tem por objetivo analisar e interpretar como foi sendo construída historicamente a memória do movimento revolucionário de 1930 em Santa Catarina, mais especificamente na cidade de Florianópolis.

Conforme apresentado pela professora Loiva, os estudos sobre o político têm sofrido transformações nas últimas décadas. Estas mudanças não aconteceram por acaso, são reflexos de transformações ocorridas também na historiografia. Neste contexto, os estudos da história política alcançam novas dimensões na atualidade e trazem uma nova compreensão do real e do papel do sujeito na história.

Até as primeiras décadas do século XX, o conhecimento era dominado pelo primado absoluto da razão. Desta forma, a história deveria ser escrita dentro de um modelo que

* Aluna do Curso de Mestrado em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof. Dr. Maria Bernardete Ramos Flores.

buscava fazer dela uma mestra para as futuras gerações. Na busca de uma História “verídica” e acreditando que o fundamento de toda a verdade estava na razão e sua capacidade de extrair das experiências estas verdades, as fontes monumentais tinham grande importância, através delas se poderia ter a comprovação do fato. Assim, eram consideradas apenas como fontes confiáveis os monumentos e os documentos escritos.

O depoimento oral, por exemplo, seria descartado como fonte verdadeira, pois é passível de sofrer alterações sob influência da imaginação. Cabia ao historiador ater-se à verdade: aquela que pudesse ser devidamente comprovada pelos documentos. Sendo assim, era exigido do historiador uma total objetividade e neutralidade. Não tendo o historiador qualquer envolvimento com seus estudos, permitiria que os fatos e as fontes falassem por si mesmos.

Frente às transformações ocorridas na historiografia e diante das constantes mudanças, característica da sociedade moderna, no início do século XX, o primado da razão e da produção de verdades absolutas sofreram contestações. Não se tem mais a pretensão de fazer da história uma mestra para o futuro, especialmente se considerarmos que o tão almejado “progresso” não trouxe para a humanidade apenas aspectos positivos, mas também a morte e os preconceitos. Segundo Félix, “A História, unificada pelo fio condutor do progresso, sob a égide de um Estado-organizador de homens e individualidades submetidas a uma construção abstrata de uma humanidade voltada para as grandes utopias, acreditando num tempo uno e eternamente ascensional, esbarrou no século XX na tomada de consciência de que este tipo de razão, de logos condutor, justificador e legitimador não levaria o homem a essa perfeição sonhada, mas, entre outras coisas, ao horror de duas grandes guerras mundiais.”¹

Em função das novas perspectivas da historiografia, a história política tradicional, elaborada dentro do modelo positivista, sofre uma série de críticas pelo marxismo, o estruturalismo e a Escola dos Annales.

Para os seguidores destas correntes historiográficas, a História Política tradicional restringia suas análises de conhecimento. Através de narrativas, dispostas de forma linear e cronológica, determinados sujeitos eram privilegiados enquanto seres históricos, ou seja, tratava-se de uma história elitista. Os acontecimentos não eram abordados e analisados dentro de um contexto mais amplo, ignorando-se, desta forma, as conjunturas em que os fatos pontuais estavam inseridos. Conforme Félix, “Historiadores destas três tendências: seguidores dos Annales, do marxismo e do estruturalismo contribuíram para o descrédito da história política ao identificá-la exclusivamente com o modelo de história-acontecimento e narração de fatos.”²

Cabe ressaltar que, foi dentro desta concepção de História Política tradicional que foram realizados alguns estudos historiográficos sobre a história do movimento revolucionário de 1930 em Santa Catarina. Autores como Oswaldo Rodrigues Cabral,

¹ FÉLIX, Loiva Otero. **A História Política Hoje: novas abordagens**. In: Revista Catarinense de História, nº 5, editora Insular, Florianópolis, UFSC, 1998, pp. 51-52.

² FÉLIX, Loiva Otero. Op.cit. p. 55

Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Corrêa, ao abordarem esta temática, enfatizam as relações políticas institucionalizadas, descrevendo seus principais agentes e suas conseqüências para a política estadual.

Vale ainda ressaltar que estes escritos foram muitas vezes utilizados como único referencial para o estudo da história política de Santa Catarina, sendo utilizados, também, como fonte de pesquisa por alguns autores para a elaboração de obras didáticas sobre a história catarinense. Sendo assim, é possível que a imagem do movimento de 30 descrita nas obras dos citados autores tenha se concretizado como única, junto a um grande número de pessoas.

Neste contexto, deve-se considerar o efeito simbólico exercido pelo discurso científico. Segundo Bourdieu, "A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobreviver o que ele enuncia no próprio acto de o anunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia..."³ Assim, a História, utilizando-se de sua autoridade como ciência, percebida como neutra, objetiva e comprometida com a verdade, teve a possibilidade de criar uma determinada versão para o "fato" e, ao mesmo tempo, instituir a memória da revolução de 30.

No entanto, se por um lado as críticas à História Política tradicional levaram a um descrédito, ficando esta desprestigiada nas décadas de 50 e 60, por outro, desembocou numa abertura para uma renovação da história política. A partir dos anos 80 abre-se espaço para uma diferente compreensão do político na história, trazendo em seu bojo uma nova forma de abordar as temáticas tradicionais e entendendo o político como uma dimensão que afeta o cotidiano. Maria de Fátima Gouveia, ao analisar o ressurgimento da história política, ressalta que "A História Política, após um período de considerável abandono face às críticas da Escola dos Annales e de grande parte da historiografia marxista, revive hoje uma importante recuperação de seu destaque no conjunto da produção historiográfica da atualidade. Não apenas clássicos de outras épocas estão sendo recuperados [...] como também uma geração de novos trabalhos da História Cultural surgem como resultado desse descortinar de uma Nova História Política."⁴

Outra contribuição para as transformações que se processam nas últimas décadas com a de nova história política foram os estudos e reflexões de Michel Foucault sobre as questões relacionadas ao poder. Para Foucault, o poder é entendido como uma série de práticas sociais que são exercidas continuamente, com graus variáveis de eficácia.⁵ Esta nova forma de pensar o poder permeando todas as relações, possibilitou uma releitura do processo de surgimento do Estado Moderno. De acordo com Gouveia, para Foucault "...não se trata mais de fazer uma análise do Estado e de 'seus aparelhos'. Muito pelo contrário, adere-se a uma percepção do poder como uma estratégia que faz com que o Estado se desmantele, abolindo definitivamente a idéia de um centro que fosse capaz de coordenar e tecer sozinho a malha do poder que se abateria sobre a sociedade. Não mais o Estado tão somente, mas os micro-poderes descontínuos e dispersos no interior da sociedade..."⁶

³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico: memória e sociedade**. Lisboa: Difel, 1983. p.116.

⁴ GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. **O ressurgimento da História política no campo da História Cultural**. Niterói. UFF, cópia xerográfica, 1994.

⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro Graal. 1987.

⁶ GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. Op. Cit.

Dentro da nova abordagem historiográfica surgida a partir das últimas décadas, abre-se espaço para outros temas de pesquisa, já que esta se interessa por toda a atividade humana. José Murilo de Carvalho observa que na nova historiografia o ser humano torna-se a preocupação central, não significando “que as circunstâncias se tenham tornado irrelevantes e desprezíveis. Elas continuam sendo levadas em conta, mas passaram a ser vistas a partir da perspectiva do ser humano, a partir da maneira como são percebidas.”⁷ Ainda segundo este autor, a nova historiografia não estratifica e hierarquiza os elementos de análise, fazendo parte de uma mesma experiência o econômico, o social e o político.

Tendo sua temática central voltada para o indivíduo, sendo este considerado a figura geradora do social, são enfatizados dentro da Nova História os fatores culturais e psicológicos, já que o único produtor de cultura é o ser humano. As questões históricas têm nos objetos de estudos as relações familiares, os rituais, as crenças, os indivíduos, etc. Ao mesmo tempo, abriu-se um grande leque de possibilidades de novos temas a serem estudados: o corpo, a morte, o medo, as mentalidades, entre tantos outros que poderíamos citar; ampliam-se as fontes; quebra-se com a linearidade do tempo histórico, considerando-se as multiplicidades dos tempos e de seus ritmos e, principalmente, tem-se clareza da subjetividade e do relativismo na história.

Com a Nova História cria-se uma certa interdisciplinaridade, já que a história vai se aproximar de outras ciências como a geografia, a sociologia, a linguística, e mais especialmente, com a antropologia, que trabalha com o mundo do simbólico.

Nos últimos dez anos, conforme Roger Chartier⁸, os historiadores vão perceber a importância do indivíduo, sua forma de agir e pensar na formação do todo social. Chartier ressalta, ainda, a importância de se compreender que o discurso e a representação de uma classe ou de um determinado grupo tornam-se muitas vezes hegemônicos, moldando o comportamento dos indivíduos que dele se apropriam. Houve também, segundo o mesmo autor, uma conscientização por parte dos historiadores que seu discurso é uma narrativa, não dos grandes heróis, mas das entidades anônimas e abstratas.

Neste contexto, ocorre um retorno à política, agora vinculada com memória, representação e imaginário e entendida em um contexto mais amplo. Se nos estudos anteriores o político se restringia a determinados sujeitos ou grupos sendo estes apenas os que faziam a política, nos estudos atuais estas fronteiras se desfazem. No dizer de Rémond, “Se o político é importante, se é possível pensar hoje em dia que ele faz necessariamente parte do percurso, qualquer que seja a atividade, que ele constitui um dos pontos de condensação da sociedade, é preciso dizer também que nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil.”⁹

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A nova historiografia e o imaginário da República no Brasil**. In: Anos 90. Revista do PPG-História. UFRGS. POA. Vol. 1, nº 1, maio de 1993, pp. 12.

⁸ CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

⁹ RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 19.

De acordo com a professora Loiva Félix, "a compreensão da história como representação do real nos leva a uma das abordagens mais importantes da história política hoje: os estudos do imaginário político."¹⁰ Através do imaginário os indivíduos articulam diferentes significados, distribuem papéis e estruturam seu mundo, criando uma dada realidade. O político, neste sentido, é o local onde o social e a representação se articulam na medida em que o imaginário social cria identidades e transforma comportamentos. Como sugere Baczko, "o imaginário social informa a cerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum."¹¹ Sendo assim, pode-se inferir que ele não é apenas construído, mas tem o poder de construir uma determinada realidade.

O imaginário não é um sistema rígido, está inserido dentro de um processo de movimento e construção. Como afirma Carvalho, "O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu carácter difuso, por sua leitura menos codificada, tornarem-se elementos poderosos de projecção de interesses, aspirações e medos coletivos."¹² O mito e símbolo como fundadores e legitimadores de grupos e valores foram trabalhados de forma brilhante por José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre o Imaginário da República no Brasil, onde analisa os principais símbolos utilizados pelos republicanos brasileiros e sua eficácia em legitimar o novo regime.

Tendo o simbólico, neste sentido, a função de classificar e instituir valores, ele pode modelar comportamentos e desta forma transformar-se em instrumento de dominação. Através de sua manipulação, torna-se possível dar visibilidade e legitimar determinados sujeitos ou grupos como detentores de maior poder numa determinada sociedade. Para tanto, inúmeros recursos podem ser utilizados, com coerência, sutileza e técnica, na fabricação de imagens, no intuito de direcionar e imprimir sentidos, como apresentado também por Peter Burke em seu estudo sobre a utilização das formas simbólicas para a produção da imagem pública do Rei.¹³

Conforme apresentado pela professora Loiva, em seu curso, a cultura política é composta por uma série de elementos, tais como: modo de leitura das grandes obras teóricas e literárias, imprensa, movimentos de opinião, panfletos, discursos, emblemas e signos. Sendo assim, as fontes de pesquisa para os estudos sobre o imaginário político são extremamente diversificadas, devendo no entanto serem contextualizadas, considerando-se o momento em que estas foram produzidas, quem as produziu e quais os seus interesses. Ou seja, é imprescindível a análise e interpretação do texto articulado dentro do seu contexto, da sua conjuntura histórica.

¹⁰ FÉLIX, Loiva Otero. Op.cit. p. 60.

¹¹ -BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Lisboa. p. 311.

¹² CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário de República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 10.

¹³ BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Tradução de Maria Luiza X. A.. Borges. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1994.

Deve-se considerar também, conforme Chartier, as representações feitas pelos indivíduos e que o historiador é um leitor das diferentes representações. Imbuído de seus próprios valores e práticas sociais, o historiador fará uma determinada leitura das representações encontradas nas obras literárias, nos discursos, nos objetos, nos documentos, enfim, nas fontes por ele utilizadas para fazer a narrativa da história. No entanto, seus escritos devem ter um comprometimento com a verdade e com as fontes. Segundo Chartier, "... o historiador tem por tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado, sobre a 'população de mortos - personagens, mentalidades, preços' que são seu objeto. Abandonar esta intenção de verdade, talvez desmensurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações..."¹⁴

Seguindo esta perspectiva, trabalhando no campo das representações, considerando a importância dos discursos, dos símbolos, das imagens e do imaginário criado a partir deles e, considerando, ainda, o imaginário como construtor de realidades, é que pretendo desenvolver minha pesquisa. Através da análise e interpretação de diferentes fontes, tais como jornais da cidade de Florianópolis, livros da historiografia catarinense, monumentos, discursos políticos e documentos, compreender e analisar até que ponto estes contribuíram para a construção de determinados valores, criando, desta forma, um imaginário político em relação ao movimento revolucionário de 1930 em Florianópolis.

Para tanto, serão utilizados como uma das fontes de pesquisa jornais da cidade de Florianópolis, a fim de que se possa compreender os discursos que estes traziam sobre o movimento revolucionário de 30. Faz-se necessário analisar e interpretar em que medida os jornais foram utilizados, que imagens transmitiram, como estas foram utilizadas na composição da memória histórica. Como ressalta a professora Loiva, a auto-designação de um grupo "calçada em elementos de valor simbólico e estratégicos tem respaldo e nutre-se da memória, que é construída e articulada com as crenças dominantes."¹⁵ Neste sentido, considerando os escritos como organizadores da memória, é que pretendo analisar o que foi selecionado pela imprensa, sobre a Revolução de 1930, em Florianópolis.

Conforme Pierre Nora, "Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria."¹⁶ Desta forma, creio se fazer necessário analisar o quanto e em que medida foram criados na cidade de Florianópolis de sinais de reconhecimento, tais como nomes de ruas, praças públicas e construções de monumentos, fazendo com que seus moradores mantenham um convívio diário e permanente com estes "marcos da Revolução" e o governo estabelecido a partir dela.

Com a finalidade de compreender os valores transmitidos nas escolas sobre o movimento de 30, pretendo utilizar ainda como fonte de pesquisa cartilhas e documentos

¹⁴ CHARTIER, Roger. Op. Cit. p.111.

¹⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p. 63.

¹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História da PUC- SP**. N.10. 1993. p.13.

que possibilitem compreender possíveis mudanças no cotidiano escolar, como, por exemplo, festas escolares, livros didáticos e comemorações. Penso ser possível compreender até que ponto, nas tramas do cotidiano das escolas, através dos livros didáticos utilizados, das festividades e nas práticas escolares, procura-se referendar a memória de 30 ou até mesmo o mito Vargas, fazendo com que a memória da revolução fosse cotidianamente realimentada.

Assim, pela análise e contextualização das diversas fontes, buscando identificar e interpretar o que foi selecionado para ser lembrado, de que forma e quando este fenômeno deveria ser lembrado, e qual sua receptividade, é que pretendo compreender a utilização do recurso dos dispositivos discursivos, na tecitura da memória histórica da Revolução de 1930 em Florianópolis.

B i b l i o g r a f i a

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. V.5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1985.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico: memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1983
- BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XVI. Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2.ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. A nova historiografia e o imaginário da República no Brasil. In: anos 90. Revista do PPG-História. UFRGS. POA. Vol. 1, maio de 1993.
- _____. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- _____. A História Cultural: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FÉLIX, Loiva Otero. A História Política Hoje: novas abordagens. In: Revista Catarinense de História, n. 5, Editora Insular, UFSC, Florianópolis, 1998

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. O ressurgimento da história política no campo da História Cultural. Niterói: UFF, cópia xerográfica. 1994.

HUNT, Lynn, A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua História. Florianópolis: Ed. UFSC Ed. Lunardelli. 1983.

REMÓN, Dené. Uma história presente. In: Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1996.